

COLEÇÃO EDITAL SISTEMATIZADO

Leonardo Garcia
Roberval Rocha

DPC

Baseado na metodologia

Questão ^{sem} primeiro

POLÍCIA CIVIL

DELEGADO ESTADUAL

edital sistematizado

2ª Edição

2018

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

1. DIREITO ADMINISTRATIVO

1. AGENTES PÚBLICOS

1.1. Disposições Gerais

⊙ **ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!**

* SÚMULAS

STF Súm. 22. O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo.

STF Súm. 36. Servidor vitalício está sujeito a aposentadoria compulsória, em razão da idade.

STF Súm. 39. À falta de lei, funcionário em disponibilidade não pode exigir, judicialmente, o seu aproveitamento, que fica subordinado ao critério de conveniência da Administração.

STF Súm. 46. Desmembramento de serventia de justiça não viola o princípio de vitaliciedade do serventuário.

STF Súm. 47. Reitor de universidade não é livremente demissível pelo Presidente da República durante o prazo de sua investidura.

STJ Súm. 137. Compete à justiça comum estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.

STJ Súm. 173. Compete à Justiça Federal processar e julgar o pedido de reintegração em cargo público federal, ainda que o servidor tenha sido dispensado antes da instituição do Regime Jurídico Único.

STJ Súm. 346. É vedada aos militares temporários, para aquisição de estabilidade, a contagem em dobro de férias e licenças não gozadas.

* REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Repercussão Geral 403. É compatível com a CF a previsão legal que exija o transcurso de 24 (vinte e quatro) meses, contados do término do contrato, antes de nova admissão de professor temporário anteriormente contratado. (RE 635648, 14.6.2017)

STF Repercussão Geral 541. I. O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores

públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. II. É obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do NCPC, para vocalização dos interesses da categoria (ARE 654432, 5.4.2017)

STF Repercussão Geral 544. A justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas. (RE 846854, 25.5.2017)

* INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA

ADI e providências diante de greve de servidores públicos

STF Julgado improcedente pedido em ADI contra decreto estadual que dispõe sobre as providências a serem adotadas em caso de paralisação de servidores públicos estaduais a título de greve. A norma impugnada determina: i) a convocação dos grevistas a reassumirem seus cargos; ii) a instauração de processo administrativo disciplinar; iii) o desconto em folha de pagamento dos dias de greve; e iv) a contratação temporária de servidores. Prevê, ainda, a exoneração dos ocupantes de cargo de provimento temporário e de função gratificada que participarem da greve. Trata-se de decreto de caráter autônomo, que disciplina, nos termos da competência reservada ao chefe do Poder Executivo pelo art. 84, IV, da CF, as consequências – estritamente administrativas – do ato de greve dos servidores públicos e as providências a serem adotadas pelos agentes públicos no sentido de dar continuidade aos serviços públicos. O decreto não cuida especificamente do direito de greve do servidor público, não regulamenta seu exercício e, ainda que o fizesse, essa matéria não está incluída entre aquelas tidas como de Direito do Trabalho, pois o vínculo do servidor com a Administração Pública não é de natureza trabalhista, mas estatutária. A norma impugnada está em consonância com a orientação fixada no julgamento do MI 708, que determinou, até a edição da legislação específica a que se refere o art. 37, VII, da CF, a aplicação das Leis 7.701/1988 e 7.783/1989 aos conflitos e às ações judiciais que envolvam a

interpretação do direito de greve dos servidores públicos civis. No que se refere à possibilidade de contratação temporária excepcional, concluiu que o Poder Público tem o dever constitucional de prestar serviços essenciais que não podem ser interrompidos, e que a contratação, no caso, foi limitada ao período de duração da greve e apenas para garantir a continuidade dos serviços. Ademais, a jurisprudência do STF reconhece a inconstitucionalidade da contratação temporária excepcional para admissão de servidores para funções burocráticas ordinárias e permanentes. ADI 1335, Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 13.6.2017. Pleno. (Info 906).

Servidor público. Médico do trabalho. Cargo de auditor-fiscal. Enquadramento. Cumulação com outro vínculo como médico. Impossibilidade.

STJ O Auditor Fiscal do Trabalho, com especialidade em medicina do trabalho, não pode cumular o exercício do seu cargo com outro da área de saúde. 1ª T. REsp 1.460.331, Rel. Ac. Min. Gurgel de Faria, DJ 7.5.2018. (Info 625)

Servidor Público. Remoção de cônjuge a pedido. Acompanhamento. Art. 36, III, "a", da Lei 8.112/90.

STJ O servidor público federal somente tem direito à remoção prevista no art. 36, parágrafo único, III, "a", da Lei 8.112/90, na hipótese em que o cônjuge/companheiro, também servidor, tenha sido deslocado de ofício, para atender ao interesse da Administração (nos moldes do inciso I do mesmo dispositivo). EREsp 1.247.360, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJ 29.11.2017. 1ª S. (Info 617)

* QUESTÕES DISCURSIVAS

01. (Vunesp/PC/SP/Delegado/2014) Servidor público submetido ao regime jurídico instituído pela Lei de n. 8.112/1990, que pede exoneração para tomar posse em cargo policial civil de provimento efetivo de determinado Estado da Federação, e que durante estágio probatório não preenche os requisitos mínimos exigidos para a confirmação na carreira, pode ser reconduzido ao cargo anterior? Explique e justifique.

02. (Vunesp/PC/SP/Delegado/2014) Servidor público do Estado de São Paulo que pede exoneração para tomar posse em cargo policial civil de provimento efetivo, no mesmo Estado, e que durante estágio probatório não preenche os

requisitos mínimos exigidos para a confirmação na carreira, pode ser reconduzido ao cargo anterior? Explique e justifique.

03. (MSConcursos/PC/MS/Delegado/2013) Analise as duas asserções abaixo, classificando cada uma em "verídica" ou "inverídica". Fundamente sua opção. (i) Um delegado de polícia devidamente nomeado que não tomar posse ou que tomar posse e não entrar em exercício no prazo estabelecido será demitido. (ii) Já em exercício e durante o período de estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento em qualquer órgão ou entidade.

04. (NCE/PC/DF/Delegado/2007) Acerca do provimento de servidor em cargo efetivo, responda: (i) qual(is) é(são) o(s) requisito(s) essencial(is) para o provimento. (ii) quais os atos que compõem o processo de investidura. (iii) quais são as hipóteses de perda do cargo pelo servidor provido em cargo efetivo previstas em sede constitucional. (iv) diferencie provimento originário e provimento derivado.

* QUESTÕES OBJETIVAS

01. (UESPI/PC/PI/Delegado/2018) Em relação ao provimento do cargo público, marque a alternativa correta.

- A exoneração de cargo efetivo somente poderá ser feita a pedido do servidor.
- A nomeação é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- A recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e pode decorrer de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos incompatíveis com o anteriormente ocupado.
- A nomeação é forma de provimento derivado em cargo público.

02. (Fumarc/PC/MG/Delegado/2018) Sobre as hipóteses de perda do cargo do servidor estável previstas no artigo 41, § 1º da CR/88, a incorreta:

- a) Excesso de despesa com pessoal
- b) Procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- c) Processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- d) Sentença judicial transitada em julgado.

03. (Funcab/PC/PA/Delegado/2016) Ilaney sempre foi prodígio em seus estudos, tendo ingressado no ensino médio aos doze anos, e concluído aos quinze anos. Com a mesma idade ele ingressou na universidade. Muito estudioso, o rapaz decidiu prestar concurso público para o cargo de auxiliar de atendente, na prefeitura de sua cidade. O cargo exigia o nível médio, bem como a idade mínima de dezoito anos, conforme a lei que instituiu o cargo e o edital do concurso, Ilaney foi aprovado em primeiro lugar, todavia, na data da posse, o rapaz contava com dezessete anos e onze meses de idade. Considere que o candidato fora emancipado voluntariamente por seus pais quando possuía dezessete anos completos. Com base no posicionamento dos tribunais superiores, assinale a opção correta:

- a) Ilaney não poderá tomar posse, já que não possuía a idade mínima prevista no edital e na lei.
- b) Ilaney poderá tomar posse, devendo ocorrer uma mudança na lei, condição única que permitirá o exercício da função, devendo a lei retroagir para beneficiá-lo.
- c) Ilaney não poderá tomar posse devendo ocorrer uma mudança no edital, por ato administrativo, o que permitiria a posse do candidato.
- d) Ilaney poderá tomar posse, já que tal distinção etária é desarrazoada, uma vez que não há complexidade na execução das atividades do cargo que justifique tal distinção.
- e) Ilaney não poderá tomar posse, salvo se ocorrer uma mudança legislativa, bem como no edital, o que permitiria a posse do candidato.

04. (Funiversa/PC/DF/Delegado/2015) Acerca da Lei n. 8.112/1990 e da sua interpretação judicial, assinale a alternativa correta:

- a) de acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), se um candidato tomar posse em cargo público, ancorado em uma medida liminar, transitando-se em julgado a sentença que reformou a liminar, a anulação do ato de nomeação não será mais possível devido à teoria do fato consumado.

- b) uma pessoa com mais de setenta anos de idade não pode ser investida em cargo público efetivo ou em comissão.
- c) a remoção de servidor público federal, a pedido, por motivo de saúde de dependente, é ato administrativo vinculado, não sendo possível negar-lhe o pedido, por motivos de conveniência e oportunidade, caso estejam preenchidos todos os requisitos legais.
- d) a reintegração é a reinvestidura do servidor público, ainda que não estável, no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- e) a licença para tratar de assuntos particulares admite uma única prorrogação.

05. (Vunesp/PC/CE/Delegado/2015) Considerando o regime jurídico dos servidores públicos civis, a que alude a Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a) a reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- b) o servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, 15 e, no máximo, 30 dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento à nova sede.
- c) é possível a remoção para acompanhar pai ou filho também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração.
- d) é de 30 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- e) o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 90 dias para quitar o débito.

06. (Acafe/PC/SC/Delegado/2014) No que concerne a Administração Pública, sobre servidores públicos, é correto afirmar, exceto:

- a) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- b) como condição para a aquisição da estabilidade é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- c) extinto o cargo, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu aproveitamento.
- d) o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- e) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

07. (UESPI/PC/PI/Delegado/2014) São direitos constitucionais daqueles que exercem cargo público, exceto:

- a) direito à livre associação sindical.
- b) direito à greve, nos termos e nos limites definidos por lei específica.
- c) irredutibilidade dos vencimentos.
- d) ser convocado, se aprovado em concurso público, durante o prazo previsto no edital de convocação.
- e) poder acumular o cargo público técnico com o de professor, se houver compatibilidade de horários.

08. (Acafe/PC/SC/Delegado/2014) Marque com V as afirmações verdadeiras e com F as falsas.

- I. servidores públicos são agentes que firmam relação de trabalho diretamente com o Estado ou com as entidades administrativas por ele instituídas, prestando serviços em proveito dos interesses públicos e recebendo remuneração correspondente.
- II. os jurados e os membros das mesas apuradoras de votos, à época das eleições, podem ser denominados apropriadamente de particulares em colaboração com a Administração.

III. agentes políticos são os ocupantes dos cargos que compõem o arcabouço constitucional do Estado.

IV. a polícia civil subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe a guarda e a fiscalização do trânsito urbano.

V. agente público é todo indivíduo ligado ao Estado por algum tipo de vínculo, e sua atuação nessa qualidade representa a manifestação da vontade estatal.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) F, V, F, V, F.
- b) F, F, V, F, F.
- c) V, V, F, V, F.
- d) V, F, V, F, V.
- e) V, V, V, F, V.

09. (Acafe/PC/SC/Delegado/2014) Segundo os preceitos constitucionais vigentes é correto afirmar, exceto:

- a) o servidor público estável tem direito adquirido à imutabilidade do cargo, não podendo o Estado suprimi-lo, transformá-lo ou extingui-lo, sem o conhecimento do seu titular.
- b) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- d) pode o Estado, por lei, estabelecer requisitos diferenciados de admissão a cargo público quando sua natureza assim o exigir.
- e) o servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional ficará afastado de seu cargo, emprego ou função quando investido em mandato eletivo federal, estadual ou distrital.

10. (Acafe/PC/SC/Delegado/2014) No que se refere a Organização do Estado, sobre os entes federativos, seus servidores e recursos orçamentários, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil. CRFB/88, é correto afirmar, exceto:

- a) lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de

- recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.
- b) aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.
- c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados exclusivamente pelo executivo.
- d) a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- e) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- 11. (MSConcursos/PC/PA/Delegado/2012)** Analise as assertivas, a seguir, relacionadas a agentes públicos e, em seguida, aponte a alternativa correta.
- I. Os mesários e integrantes de juntas apuradoras, enquanto desempenham tais funções, estão na condição de agentes públicos e, quanto à classificação tradicional, são considerados como agentes políticos.
 - II. As funções de confiança só poderão ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo.
 - III. Nos termos da Constituição Federal, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, após 03 (três) anos de efetivo exercício, adquirirão a prerrogativa da vitaliciedade.
 - IV. Todos os agentes públicos sujeitam-se ao regime jurídico estabelecido nos diplomas legais específicos denominados de estatutos.
- V. Segundo José dos Santos Carvalho Filho, o desvio de poder ocorre quando o agente público pratica o ato, não voltado para o interesse público, mas sim para o interesse privado.
- a) Somente as assertivas II e III estão corretas.
 - b) Somente as assertivas II e V estão corretas.
 - c) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.
 - d) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - e) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.
- 12. (Cespe/PC/BA/Delegado/2013)** Considere que um servidor público federal estável, submetido a estágio probatório para ocupar outro cargo público após aprovação em concurso público, desista de exercer a nova função. Nessa situação, o referido servidor terá o direito de ser reconduzido ao cargo ocupado anteriormente no serviço público.
- 13. (Funcab/PC/ES/Delegado/2013)** Quanto aos cargos públicos, leia as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.
- I. é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
 - II. extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
 - III. a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
 - IV. invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.
- Estão corretas apenas as afirmativas:
- a) I e II.
 - b) I e III.
 - c) II e IV.
 - d) I, II e IV.
 - e) II, III e IV.

14. (Funcab/PC/ES/Delegado/2013) Manoel ingressou na Administração Pública Direta por meio de contrato celetista e temporário no ano de 2005. Ao término do contrato, três anos após, foi enquadrado em cargo de provimento efetivo por meio de decreto do Governador. Assim, pode-se afirmar:

- a) ele pode ser exonerado do cargo de provimento efetivo “ad nutum”, em face do poder de autotutela da Administração Pública que lhe confere prerrogativa para anular seus próprios atos, quando evitados de vícios que os tornem ilegais.
- b) o provimento foi válido, uma vez que Manoel ingressou de forma lícita, não havendo, portanto, vício.
- c) para o rompimento do vínculo estatutário, faz-se necessária a instauração de procedimento administrativo.
- d) como o ato nulo não se convalida, para a invalidação do ato é dispensável a Manoel o contraditório e a ampla defesa.
- e) Manoel pode ser demitido sumariamente, inclusive sem processo administrativo.

15. (Funcab/PC/RJ/Delegado/2012) Identificado em desvio de função, embora recebendo a remuneração do cargo no qual se encontra formalmente investido, indique a providência a ser adotada pela Administração Pública, considerando a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) deve o servidor retornar às funções inerentes ao cargo no qual se encontra formalmente investido, sem receber quaisquer eventuais diferenças remuneratórias referentes ao cargo “ocupado de fato”.
- b) deve o servidor permanecer no exercício das funções que vinha exercendo, mas continuando a receber o valor da remuneração referente ao cargo no qual se encontra formalmente investido.
- c) deve cessar imediatamente o desvio, e o servidor deve responder a processo disciplinar por abandono do cargo no qual foi formalmente investido.
- d) deve o servidor permanecer no exercício das funções que vinha exercendo, passando também a receber o valor da remuneração referente ao cargo “ocupado de fato”.
- e) deve o servidor retornar às funções inerentes ao cargo no qual se encontra formalmente

investido, mas recebendo quaisquer eventuais diferenças remuneratórias referentes ao cargo “ocupado de fato”.

16. (FGV/PC/MA/Delegado/2012) Acerca do direito de greve dos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. caso o servidor público venha a aderir à greve, é facultado a Administração efetuar o desconto na remuneração pelos dias não trabalhados.
- II. embora o Supremo Tribunal Federal tenha concretizado o direito de greve do servidor público, acabou por fixar entendimento que os policiais civis não têm direito de fazer greve.
- III. a participação de servidor público em estágio probatório em movimento grevista, acarreta a sua exoneração, visto que o mesmo não detém estabilidade.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa III estiver correta.
- e) se somente a afirmativa II estiver correta.

17. (Funcab/PC/RJ/Delegado/2012) No que diz respeito à aquisição da estabilidade do servidor público, assinale a alternativa correta:

- a) é exigido o requisito temporal de dois anos de efetivo exercício.
- b) pode ser estendida aos titulares de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.
- c) guarda correlação com o cargo e não com o serviço público.
- d) a avaliação negativa, pela Administração, do desempenho do servidor, pode excluí-lo do serviço público sem o ato de exoneração.
- e) o servidor que não satisfizer as condições do estágio probatório deverá ser exonerado, observadas as formalidades legais.

18. (PC/SP/Delegado/2011) No exercício de mandato eletivo, que exija seu afastamento, o servidor público terá:

- a) seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

- b) seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para a aposentadoria.
- c) interrompida sua contagem de tempo de serviço público e se sujeitará a regime previdenciário diferenciado.
- d) interrompida sua contagem de tempo no serviço público.
- e) interrompida sua contagem de tempo, resguardadas as promoções por antiguidade.

19. (Fumarc/PC/MG/Delegado/2011) No tocante aos agentes públicos, é incorreto afirmar que:

- a) para ser agente público, é mister o vínculo com o Estado, mesmo que não efetivo, mas perene, mediante contrato bilateral e remuneração.
- b) os agentes de fato podem ser necessários ou putativos.
- c) os agentes putativos desempenham atividade administrativa, mas não têm investidura no cargo.
- d) os agentes necessários apenas se assemelham, mas não são agentes de direito.

20. (PC/SP/Delegado/2011) Constituem formas de provimento derivado de cargo público, à luz da Constituição Federal:

- a) a readmissão e a promoção.
- b) a readmissão e a reversão “ex officio”.
- c) a reintegração e a transposição.
- d) o aproveitamento e a transposição.
- e) a reintegração e o aproveitamento.

21. (FGV/PC/AP/Delegado/2010) Com relação à responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente do exercício do cargo, emprego ou função pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. o funcionário público, condenado na esfera criminal, poderá ser absolvido na esfera civil e administrativa, prevalecendo a regra da independência entre as instâncias.
- II. a absolvição judicial do servidor público repercute na esfera administrativa se negar a existência do fato ou excluí-lo da condição de autor do fato.
- III. a Administração Pública pode demitir funcionário público por corrupção passiva antes de transitado em julgado da sentença penal condenatória.
- IV. a absolvição do servidor público, em ação penal transitada em julgado, por não provada a

autoria, implica a impossibilidade de aplicação de pena disciplinar administrativa, porém permite a ação regressiva civil para ressarcimento de dano ao erário.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

22. (Ceperj/PC/RJ/Delegado/2009) Um Delegado de Polícia não pode ser:

- a) sócio-gerente de empresa.
- b) ordenador de despesa.
- c) pregoeiro.
- d) fiscal da execução do contrato.
- e) presidente de comissão de licitação.

23. (Funiversa/PC/DF/Delegado/2009) Considere que, na semana passada, André foi investido no cargo de delegado de polícia do Distrito Federal e foi inicialmente lotado em uma delegacia em Taguatinga/DF. Antes disso, ele exerceu, por quatro anos, cargo público federal, de natureza técnica, no Supremo Tribunal Federal (STF), motivo pelo qual ele fixou residência no Plano Piloto, onde está localizado esse Tribunal. Nessa situação hipotética:

- a) o tempo de serviço prestado ao STF será contado para fins de aposentadoria e também como período aquisitivo de férias no cargo de delegado.
- b) o fato de André se mudar do Plano Piloto para Taguatinga não lhe dará direito a ajuda de custo.
- c) caso André decida continuar residindo no Plano Piloto, ele terá direito à indenização de transporte para compensá-lo dos gastos com transporte próprio entre a residência e o local de trabalho.
- d) caso decida alugar um apartamento para residir em Taguatinga, André fará jus a auxílio-moradia correspondente a 25% de sua remuneração.
- e) caso André seja casado com uma professora da rede pública distrital de ensino e ambos decidam mudar-se para Taguatinga, a esposa de André terá direito a ser removida “ex officio” para uma das escolas públicas de Taguatinga.

24. (Cespe/PC/RN/Delegado/2009) Uma empregada da Caixa foi transferida, de ofício, de Brasília para a cidade de Fortaleza/CE. O seu esposo, servidor da Receita Federal do Brasil, requereu ao seu órgão sua remoção para a capital cearense, justificando seu pedido com base na transferência da esposa. No entanto, o requerimento foi indeferido. Com base nessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta:

- não assiste razão ao servidor público, uma vez que a remoção para acompanhar cônjuge é devida apenas na hipótese de os dois agentes serem servidores regidos pela Lei n. 8.112/1990.
- tendo sido o pedido indeferido pela Receita Federal, cabe à empregada da Caixa impetrar mandado de segurança para garantir a sua permanência em Brasília por respeito à unidade familiar prevista na CF.
- não há impedimento para que seja concedida a pleiteada remoção pelo simples fato de os regimes jurídicos serem distintos; no entanto, o deferimento do pedido condiciona-se à existência de vagas.
- em razão da especial proteção que a CF garante à família, o requerimento formulado pelo servidor da Receita Federal deveria ter sido deferido, independentemente da existência de vagas.
- o direito à pleiteada remoção é controvertido, razão pela qual não seria cabível a impetração de mandado de segurança para garanti-lo, uma vez que a ação mandamental exige certeza jurídica quanto à pretensão nele ventilada.

25. (UESPI/PC/PI/Delegado/2009) Em relação ao servidor público, assinale a afirmação correta:

- a responsabilidade civil, tanto do servidor como do Estado, é objetiva.
- extinto o cargo, ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até o seu aproveitamento em outro cargo.
- a absolvição na esfera penal, por negativa de autoria ou do fato, constitui causa impeditiva da responsabilização civil do servidor público, em ação regressiva da Administração Pública.
- a readaptação é a forma de provimento que implica no retorno do servidor ao cargo que ocupava, haja vista sua inabilitação em estágio probatório ou pela reintegração de outro

servidor ao cargo do qual teve que se afastar.

- o estrangeiro, na forma da lei, não pode ocupar cargo público.

26. (IBDH/PC/RS/Delegado/2009) Servidor público federal, pertencente à administração direta, ao ser eleito vereador

- passará para a inatividade.
- investido no cargo, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- investido no cargo, havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado, entretanto, optar pela sua remuneração.
- acumulará as funções, independente de compatibilidade de horários.
- NRA.

27. (Funiversa/PC/DF/Delegado/2009) Roberto é um delegado de polícia aposentado, que, durante vários anos, atuou na Academia de Polícia do Distrito Federal. Após a sua aposentadoria, Roberto mostrou interesse em continuar exercendo atividade de instrutor nessa Academia, na qualidade de colaborador voluntário. Considere que Roberto celebrou com o Distrito Federal, em julho de 2009, acordo pelo qual se comprometeu a exercer voluntariamente trabalho como instrutor da referida Academia, pelo prazo de um ano. Nessa situação hipotética, no exercício de suas atividades atuais como instrutor, Roberto:

- está investido em cargo público efetivo de natureza temporária.
- desempenha cargo público comissionado de natureza temporária.
- ocupa cargo público de natureza inativa.
- está investido em emprego público temporário.
- desempenha função pública, mas sem estar no exercício de cargo nem de emprego público.

28. (PC/MG/Delegado/2008) No tocante à responsabilidade dos servidores públicos, é incorreto afirmar que:

- é independente nas áreas civil, administrativa e penal.
- será reconhecida se ocorrer situação de dano, independentemente de a administração ter ou não o fato regulamentado em sua legislação estatutária.

- c) a responsabilização civil ocorrerá quando o servidor causar dano à administração ou a terceiro, via conduta dolosa ou culposa.
- d) a responsabilização penal decorre de conduta punível, submetida ao Poder Judiciário.

29. (UEG/PC/GO/Delegado/2008) Acerca da contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, é correto afirmar:

- a) o contratado temporariamente não ocupa cargo durante o prazo da contratação.
- b) a relação do contratado temporariamente com a Administração Pública é de emprego público.
- c) a contratação temporária pelos estados e municípios, obrigatoriamente, deve ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- d) a Lei Federal que estabelece os casos de excepcional interesse público, que justificam a contratação temporária na administração federal, é o suporte legal para estados e municípios contratarem temporariamente.

30. (Cespe/PC/TO/Delegado/2008) Todos aqueles que exercem função pública, independentemente de sua natureza, ainda que por período determinado, são considerados agentes públicos.

31. (Cespe/PC/TO/Delegado/2008) Os agentes políticos constituem categoria especial, pois gozam de prerrogativas diferenciadas e têm grandes responsabilidades com a sociedade, como é o caso dos prefeitos.

32. (Cespe/PC/TO/Delegado/2008) O cargo público ocupado por servidor concursado e estável pode ser extinto a qualquer tempo, haja vista sempre prevalecer o interesse da administração pública.

33. (Acafe/PC/SC/Delegado/2008) Analise as alternativas a seguir e assinale a correta:

- a) o policial civil que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, doença comprovada ou em serviço obrigatório por lei perde a gratificação de função.
- b) ao policial civil é vedado exercer qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, sem exceções.
- c) o associativismo com objetivos culturais, esportivos e de lazer não será apoiado pelo Estado.
- d) não constitui acumulação proibida a percepção conjunta de pensões civil e militar.

34. (Cespe/PC/TO/Delegado/2008) Um delegado de polícia civil, ainda que já tenha adquirido a estabilidade, poderá ser demitido por insuficiência de desempenho, conforme estabelecido em lei complementar e observada a ampla defesa em todo o processo.

1.2. Cargo em Comissão/ Função de Confiança

* SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 13. A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

STF Súm. 8. Diretor de sociedade de economia mista pode ser destituído no curso do mandato.

STF Súm. 25. A nomeação a termo não impede a livre demissão, pelo Presidente da República, de ocupante de cargo dirigente de autarquia.

STJ Súm. 218. Compete à justiça dos estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão.

* REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Repercussão Geral 763. 1. Os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no art. 40, § 1º, II, da CF, a qual atinge apenas os ocupantes de cargo de provimento efetivo, inexistindo, também, qualquer idade limite para fins de nomeação a cargo em comissão; 2. Ressalvados impedimentos de ordem infraconstitucional, não há óbice constitucional a que o servidor efetivo aposentado compulsoriamente permaneça no cargo comissionado que já desempenhava ou a que seja nomeado para cargo de livre nomeação e exoneração, uma vez que não se trata de continuidade ou criação de vínculo efetivo com a Administração. (RE 786540, 15.12.2016)

* QUESTÕES OBJETIVAS

35. (UESPI/PC/PI/Delegado/2009) Considerando as normas constitucionais que regulam a função e o cargo de Delegado de Polícia, assinale a alternativa incorreta:

- a) a Carta Magna especifica que a função de direção da Polícia Civil só pode ser exercida por delegados de polícia de carreira.
- b) é inconstitucional atribuir aos suplentes de delegados de polícia funções privativas de delegados de polícia de carreira.
- c) as funções administrativas de direção da Polícia Civil são cargos em comissão, de livre nomeação, podendo ser preenchidos por pessoas de confiança do gestor público, ainda que estranhas à carreira de delegado.
- d) é inconstitucional o estabelecimento, pelas Constituições Estaduais, de prerrogativa de foro para os delegados de polícia, em virtude de incompatibilidade entre esta e a efetividade de outras regras constitucionais, principalmente, a que trata do controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público.
- e) é constitucional a autorização legislativa ao Secretário Estadual de Segurança Pública para a edição de normas regulamentadoras do funcionamento da instituição, ainda que o cargo não seja ocupado por delegado de carreira.

36. (UEG/PC/GO/Delegado/2008) Sobre o teor da Súmula Vinculante n. 13, que proíbe a contratação de parentes na Administração Pública, é correto afirmar:

- a) a vedação à nomeação de parentes não alcança a administração indireta.
- b) a vedação oriunda da súmula dirige-se exclusivamente aos parentes da autoridade nomeante.
- c) resta vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive.
- d) na literalidade da Súmula Vinculante n. 13 restou previsto regramento quanto à nomeação pelos agentes políticos de seus parentes.

1.3. Concurso Público

* SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 43. É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor

investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

STF Súm. Vinculante 44. Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

STF Súm. 15. Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem o direito a nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

STF Súm. 16. Funcionário nomeado por concurso tem direito a posse.

STF Súm. 17. A nomeação de funcionário sem concurso pode ser desfeita antes da posse.

STF Súm. 683. O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

STF Súm. 684. É inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.

STJ Súm. 266. O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público.

STJ Súm. 377. O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

STJ Súm. 552. O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.

* REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Repercussão Geral 454. A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação. (RE 629392, 8.6.2017)

STF Repercussão Geral 509. A comprovação do triênio de atividade jurídica exigida para o ingresso no cargo de juiz substituto, nos termos do inc. I do art. 93 da CF, deve ocorrer no momento da inscrição definitiva no concurso público. (RE 655265, 13.4.2016)

STF Repercussão Geral 784. O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame

anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I. Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II. Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III. Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima. (RE 837311, 14.10.2015)

STF Repercussão Geral 838. Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais. (RE 898450, 17.8.2016)

STF Repercussão Geral 916. A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da CF não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, ao levantamento dos depósitos efetuados no FGTS. (RE 765320, 16.9.2016)

* INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA

CNJ e anulação de concurso público

STF Cassado ato do CNJ que, nos autos de processo de controle administrativo, determinou a anulação de concurso público para admissão nas serventias extrajudiciais no Estado do Rio de Janeiro. No caso, a anulação se deu em razão da incompatibilidade com os princípios da moralidade e da impessoalidade, caracterizada pela existência de relacionamento pessoal entre o presidente da comissão do concurso e duas candidatas aprovadas. O CNJ também assentou a parcialidade da comissão examinadora ao entender que houve favorecimento das candidatas na correção das questões das provas. O CNJ, na sua competência de controle

administrativo, não pode substituir-se ao examinador, seja nos concursos para o provimento de cargos em cartórios, seja em outros concursos para provimento de cargos de juízes ou de servidores do Poder Judiciário. As duas candidatas não puderam se manifestar após o aditamento do requerimento inicial no âmbito do CNJ, situação que ampliou substancialmente o objeto da apuração ao acrescentar novas causas de pedir que, ao final, constituíram-se os fundamentos únicos do ato combatido. Nesse contexto, ocorreu violação da garantia do devido processo legal, tendo em vista a ausência de nova notificação dos interessados para que se manifestassem sobre os novos fundamentos. Também não é possível afirmar a existência de irregularidade ou favorecimento a ensejar a medida extrema adotada pelo CNJ, uma vez que o conselho entendeu haver “fortes indicações de parcialidade”, sem, contudo, demonstrar as “evidências de favorecimento” que justificaram anulação de todo o concurso. MS 28775, Rel. Ac. Min. Ricardo Lewandowski, j. 17.10.2017. 2ª T. (Info 882)

Constituição Federal de 1988 e defensores admitidos sem concurso público

STF Lei complementar estadual que permitiu a incorporação de advogados admitidos sem a realização de concurso público à defensoria, foi declarada inconstitucional pela Suprema Corte no julgamento da ADI 1199, ressaltados os efeitos “ex tunc” da decisão. Nesse sentido, a administração estadual solicitou o cumprimento da sentença da ADI e, por conseguinte, o desligamento dos advogados, alegando que sua manutenção estaria causando prejuízos à instituição. Dessa forma, a Turma decidiu pela regularização da composição da defensoria, no sentido de substituir os advogados contratados pelos indivíduos aprovados em concurso que aguardam na fila, visando à organização mais eficiente e apropriada da administração. Conforme tese fixada em repercussão geral (Tema 476), os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima não podem justificar a manutenção no cargo de candidato admitido sem concurso público. Inaplicável o disposto no art. 22 do ADCT ao caso em questão, visto que a contratação dos advogados se deu após a instalação da constituinte. RE 856550, Rel. Ac. Min. Alexandre de Moraes, j. 10.10.2017. 1ª T. (Info 881)

Concurso público. Nomeação tardia. Erro reconhecido pela Administração. Indenização. Remuneração retroativa. Impossibilidade.

STJ A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público não gera direito à indenização, ainda que a demora tenha origem em erro reconhecido pela própria Administração Pública. REsp 1.238.344, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJ 19.12.2017. 1ª T. (Info 617)

Concurso público. Candidato aprovado fora do número de vagas. Desistência de candidatos melhor classificados. Impetrante que passa a figurar no número de vagas previstas no edital. Direito à nomeação. Existência. Segurança concedida.

STJ A desistência de candidatos melhor classificados em concurso público convola a mera expectativa em direito líquido e certo, garantindo a nomeação dos candidatos que passarem a constar dentro do número de vagas previstas no edital. RMS 53.506, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 29.9.2017. 1ª T. (Info 612)

Concurso público. Defensoria Pública da União. Comprovação de atividade jurídica. Interregno bienal ou trienal. Previsão legal expressa. Regramento editalício distinto. Ilegalidade.

STJ Os requisitos para o ingresso na carreira de Defensor Público da União estabelecidos pelo art. 26 da Lei Complementar n. 80/1994 devem prevalecer mesmo após o advento da EC 80/2014, que possibilitou a aplicação à instituição, no que couber, do disposto no art. 93 da CF/88 – que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura. REsp 1.676.831, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 14.9.2017. 2ª T. (Info 611)

Concurso Público. Teste de aptidão física. Modificação na ordem de aplicação das provas. Prévia divulgação por edital complementar. Isonomia. Legalidade.

STJ A simples alteração na ordem de aplicação das provas de teste físico em concurso público, desde que anunciada com antecedência e aplicada igualmente a todos, não viola direito líquido e certo dos candidatos inscritos. RMS 36.064, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJ 22.6.2017. 1ª T. (Info 608)

* INOVAÇÕES LEGISLATIVAS

▲ Lei de Contratação Temporária pelo Poder Público (Lei 8.745/93)

▲ Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...). XII – admissão

de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, nos termos da legislação, matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, em ato conjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Educação. (Modificações: Lei 13.530/17)

* QUESTÕES OBJETIVAS

37. (Vunesp/PC/BA/Delegado/2018) Servidores da Secretaria da Fazenda pretendem a ascensão do cargo de Técnico, posteriormente reestruturado para Analista Tributário, para o cargo de Agente Fiscal, sob o argumento de que ambos os cargos pertencem à mesma carreira. Tal pretensão é

- constitucional, porque constitui mera transposição de servidor concursado de um cargo para outro dentro da mesma pessoa jurídica de direito público.
- inconstitucional, porque tal alteração é de competência privativa do chefe do poder executivo e somente pode ocorrer por remoção ou permuta.
- constitucional, porque os dois cargos possuem natureza e complexidade semelhantes, e os servidores já foram previamente aprovados em concurso público.
- inconstitucional, por constituir modalidade de provimento derivado, que propicia ao servidor a investidura, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual foi anteriormente investido.
- constitucional, porque a Constituição Federal somente prevê a necessidade de concurso público para ingresso na administração pública e não para transposição, transformação ou ascensão funcional.

38. (UESPI/PC/PI/Delegado/2018) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Aponte a alternativa incorreta.

- A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

- b) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- e) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

39. (Fumarc/PC/MG/Delegado/2018) João, candidato ao cargo de Delegado de Polícia do Estado de Minas Gerais, inconformado com sua reprovação no certame, impetrou ação mandamental argumentando a existência de ilegalidade decorrente da formulação de questões com base em legislação não prevista no edital. Sobre o caso, não é correto afirmar:

- a) A adequação das questões da prova ao programa do edital de concurso público constitui tema de legalidade, suscetível, portanto, de controle pelo Poder Judiciário.
- b) A banca examinadora é que possui legitimidade para figurar como autoridade coatora.
- c) A petição inicial será indeferida, com fundamento no artigo 10 da Lei n. 12.016/2009, caso a impetração ocorra após 120 dias da ciência do ato impugnado.
- d) É vedado ao Poder Judiciário adentrar aos critérios adotados pela banca examinadora do concurso.

40. (FCC/PC/AP/Delegado/2017) O acesso a cargos públicos de caráter efetivo depende, como é sabido, de concurso público, nos termos da Constituição Federal. É compatível com a exigência constitucional de concurso público e com os princípios que regem a Administração pública:

- a) a previsão, no edital do certame, conforme a natureza do cargo, da realização de investigação social sobre os candidatos após as fases de avaliação de conhecimento, para demonstrar sua lisura e conduta moral proba para o desempenho das atribuições exigidas.
- b) a previsão, no edital do certame, de requisitos isonômicos e objetivos e, além da realização de provas, o exame de títulos, sendo outras

exigências e condições violadoras dos princípios da igualdade e da razoabilidade.

- c) o estabelecimento de requisitos de habilitação que permitam ao administrador escolher os candidatos que pareçam mais comprometidos com o cargo almejado.
- d) a exigência de prova de aptidão física prévia às fases de conhecimento, a fim de selecionar os candidatos que terão condições de desempenhar as atribuições exigidas para o cargo.
- e) a possibilidade de prorrogação da validade do concurso público por prazo de 3 anos, como observância ao princípio da isonomia que estabelece o mesmo prazo para o estágio probatório dos servidores aprovados.

41. (Cespe/PC/GO/Delegado/2017) A respeito da administração pública, assinale a opção correta de acordo com a CF:

- a) desde a promulgação da CF, não houve, até o presente, inovação a respeito dos princípios constitucionais da administração pública por meio de emenda constitucional.
- b) a previsão constitucional de que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público decorre exclusivamente do princípio da razoabilidade administrativa.
- c) em oposição ao que diz o texto constitucional, o STF já se posicionou contrário à cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas.
- d) caso um deputado estadual nomeie sua tia materna como assessora de seu gabinete, não haverá violação à súmula vinculante que trata do nepotismo, pois esta veda a nomeação de colaterais de até o segundo grau.
- e) segundo o STF, candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previsto no edital e dentro do prazo de validade do certame terá direito subjetivo à nomeação.

42. (Funcab/PC/PA/Delegado/2016) Madalena estava estudando para o concurso público de fiscal de rendas há três anos, quando saiu o edital deste concurso para o preenchimento de dez vagas. Segundo informação do órgão tributário noticiado na mídia haveria quarenta cargos vagos para esta função. Realizada a prova objetiva, fase única deste certame, a candidata obteve a décima segunda colocação. Conforme o entendimento dos tribunais superiores, responda a opção em que o candidato terá direito subjetivo à nomeação:

- a) quando o candidato for aprovado para determinado cargo, mesmo fora do número de vagas previstas no edital, e houver cargos vagos além dos previstos no edital do certame.
- b) quando o candidato for aprovado dentro do número de vagas previsto no edital, não havendo exceção a esta regra, nem mesmo por fato superveniente, imprevisível e grave.
- c) quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer à preterição de candidatos aprovados fora das vagas de forma motivada por parte da administração.
- d) não há hipótese em que o candidato aprovado em concurso público tenha direito subjetivo à nomeação, já que a nomeação de aprovados em concurso público é dotada da discricionariedade administrativa, sendo a aprovação mera expectativa de direito à nomeação.
- e) quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação.

43. (Cespe/PC/BA/Delegado/2013) Para que ocorra provimento de vagas em qualquer cargo público, é necessária a prévia aprovação em concurso público.

44. (FGV/PC/MA/Delegado/2012) João recebeu a notícia de que havia sido aprovado na 12ª colocação no concurso para Delegado de Polícia e, agora, somente aguarda ser chamado para começar a exercer a tão sonhada profissão. O Edital previra a existência das atuais 10 vagas, além da formação de cadastro de reserva com outros 10 candidatos aprovados. Considerando a situação acima e o atual entendimento sobre o tema, assinale a afirmativa correta:

- a) mesmo que João já tenha sido nomeado, ele não tem direito subjetivo a tomar posse no cargo de Delegado de Polícia, vez que foi aprovado em 12º para um concurso que somente previra 10 vagas.
- b) João tem direito subjetivo à nomeação e à posse, vez que aprovado no concurso dentro do número previsto para o cadastro de reserva, o que demonstra a necessidade do Estado no preenchimento do cargo.
- c) se houver a desistência de dois candidatos aprovados em melhor colocação que João, terá ele direito subjetivo à nomeação e à posse, vez que o edital ao estabelecer o número de vagas vincula o Estado.

- d) mesmo os candidatos aprovados até a 10ª colocação não têm direito a nomeação e posse, pois a aprovação em concurso público gera mera expectativa de direito, ficando a convocação sujeita a discricionariedade do Administrador Público.
- e) mesmo que o 13º colocado seja nomeado e empossado, João não terá direito subjetivo à nomeação e à posse, vez que não foi aprovado dentro do número de vagas no concurso.

45. (Unemat/PC/MT/Delegado/2010) Quanto aos Agentes Públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Provimento originário é aquele em que o cargo é preenchido por alguém que já tenha vínculo anterior com outro cargo sujeito ao mesmo estatuto.
- b) Readaptação ocorre com restabelecimento, por laudo médico, de servidor aposentado por invalidez ou vício de legalidade no ato que concedeu a aposentadoria.
- c) Ascensão ou acesso é a forma de progressão pela qual o servidor é elevado de cargo situado na classe mais elevada de uma carreira para cargo da classe inicial de carreira diversa ou de carreira tida como complementar da anterior.
- d) Recondição é a passagem do servidor de seu cargo efetivo para outro de igual denominação, situado em quadro funcional diverso.
- e) Exercício é o ato administrativo que materializa o provimento originário de um cargo.

1.4. Regras Previdenciárias

* SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 3. Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

STF Súm. Vinculante 33. Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

STF Súm. Vinculante 55. O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

STF Súm. 6. A revogação ou anulação, pelo Poder Executivo, de aposentadoria, ou qualquer outro ato aprovado pelo Tribunal de Contas, não produz efeitos antes de aprovada por aquele tribunal, ressalvada a competência revisora do Judiciário.

STF Súm. 10. O tempo de serviço militar conta-se para efeito de disponibilidade e aposentadoria do servidor público estadual.

STF Súm. 359. Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários.

STF Súm. 567. A Constituição, ao assegurar, no § 3º, do art. 102, a contagem integral do tempo de serviço público federal, estadual ou municipal para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade não proíbe à União, aos Estados e aos Municípios mandarem contar, mediante lei, para efeito diverso, tempo de serviço prestado a outra pessoa de direito público interno.

STJ Súm. 242. Cabe ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários.

* REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Repercussão Geral 571. Não se aplica a aposentadoria compulsória prevista no art. 40, § 1º, II, da CF aos titulares de serventias judiciais não estatizadas, desde que não sejam ocupantes de cargo público efetivo e não recebam remuneração proveniente dos cofres públicos. (RE 647827, 15.2.2017)

STF Repercussão Geral 691. Incide contribuição previdenciária sobre os rendimentos pagos aos exercentes de mandato eletivo, decorrentes da prestação de serviços à União, a estados e ao Distrito Federal ou a municípios, após o advento da Lei 10.887/04, desde que não vinculados a regime próprio de previdência (RE 626837, 25.5.2017)

STF Repercussão Geral 754. Os efeitos financeiros das revisões de aposentadoria concedidas com base no art. 6º-A da EC 41/03, introduzido pela EC 70/12, somente se produzirão a partir da data de sua promulgação (30.3.2012). (RE 924456, 5.4.2017)

STF Repercussão Geral 888. É legítimo o pagamento do abono de permanência previsto no art. 40, § 19, da CF ao servidor público que opte por permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária especial (art. 40, § 4º, da Carta Magna). (ARE 954408, 15.4.2016)

STF Repercussão Geral 965. Para a concessão da aposentadoria especial de que trata o art. 40, § 5º, da CF, conta-se o tempo de efetivo exercício, pelo professor, da docência e das atividades de direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógico, desde que em estabelecimentos de educação infantil ou de ensino fundamental e médio. (RE 1039644, 13.10.2017)

* INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA

Aposentadoria compulsória e titulares de serventias judiciais não estatizadas

STF Não se aplica a aposentadoria compulsória prevista no art. 40, § 1º, II, da CF aos titulares de serventias judiciais não estatizadas, desde que não sejam ocupantes de cargo público efetivo e não recebam remuneração proveniente dos cofres públicos. RE 647827, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 15.2.2017.

* QUESTÕES OBJETIVAS

46. (FCC/PC/AP/Delegado/2017) Determinada lei complementar federal estabelece que: "Art. 1º O servidor público policial civil titular de cargo efetivo será aposentado: I - voluntariamente, com proventos integrais, independentemente da idade: a) após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se homem; b) após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 (quinze) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se mulher." À luz da Constituição Federal, a lei complementar federal

- aplica-se apenas aos policiais federais, uma vez que as normas sobre aposentadoria especial para policiais civis devem ser editadas pelos Estados, com fundamento em sua competência legislativa concorrente para legislar em matéria de previdência social, sendo compatíveis com a Constituição Federal as exigências de tempo de contribuição e de exercício no cargo para a concessão do benefício previdenciário.
- aplica-se apenas aos policiais federais, uma vez que as normas sobre aposentadoria especial para policiais civis devem ser editadas pelos Estados, com fundamento em sua competência legislativa concorrente para legislar em matéria de previdência social, sendo, todavia, incompatível com a Constituição Federal, uma vez que concede a aposentadoria voluntária com

- proventos integrais independentemente da idade do servidor.
- c) aplica-se aos policiais civis dos Estados, uma vez que cabe à lei complementar federal dispor sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial para policiais civis, sendo compatíveis com a Constituição Federal as exigências contidas na Lei complementar federal para a concessão do benefício previdenciário.
- d) é inconstitucional, embora disponha sobre matéria de competência legislativa da União, por ser vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos, ressalvados os professores de ensino infantil, fundamental e médio, os portadores de deficiência e aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
- e) é inconstitucional, embora disponha sobre matéria de competência legislativa da União, uma vez que a aposentadoria voluntária foi concedida com proventos integrais independentemente da idade do servidor.
- b) aos servidores ocupantes exclusivamente de cargos comissionados, aplica-se o regime geral de previdência social e não o regime previdenciário dos servidores públicos.
- c) diversamente dos servidores públicos em geral, os servidores que exercem atividade policial são compulsoriamente aposentados aos 60 anos de idade, com proventos integrais.
- d) a idade mínima para a aposentadoria voluntária de mulheres, com direito a proventos integrais, é de 60 anos de idade.
- e) um delegado de polícia com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição tem direito a aposentar-se voluntariamente, com proventos proporcionais.

1.5. Regras Remuneratórias

* SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 4. Salvo os casos previstos na Constituição Federal, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

STF Súm. Vinculante 15. O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.

STF Súm. Vinculante 16. Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.

STF Súm. Vinculante 34. A Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho. GDASST, instituída pela Lei 10.483/2002, deve ser estendida aos inativos no valor correspondente a 60 (sessenta) pontos, desde o advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004, quando tais inativos façam jus à paridade constitucional (EC 20/1998, 41/2003 e 47/2005).

STF Súm. Vinculante 37. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

STF Súm. Vinculante 42. É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

47. (PC/SP/Delegado/2011) Na aposentadoria dos servidores públicos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos para:

- a) quem exercer atividades insalubres e perigosas.
- b) aquele que contrair doenças e/ou deficiências físicas em razão das atividades laborais exercidas.
- c) todos os trabalhadores que comprovarem exercer atividades de risco.
- d) o professor que comprovar o exercício de magistério exclusivo na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- e) a mulher que comprovar o exercício cumulativo de dois cargos ou funções.

48. (Funiversa/PC/DF/Delegado/2009) Com relação à previdência dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) um delegado de polícia do Distrito Federal aposentado por invalidez permanente, em virtude de ferimentos sofridos em acidente automobilístico durante viagem de férias, tem direito a aposentadoria com proventos integrais.

STF Súm. Vinculante 51. O reajuste de 28,86%, concedido aos servidores militares pelas leis 8.622/1993 e 8.627/1993, estende-se aos servidores civis do Poder Executivo, observadas as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos mesmos diplomas legais.

STF Súm. Vinculante 55. O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

STF Súm. 567. A Constituição, ao assegurar, no § 3º, do art. 102, a contagem integral do tempo de serviço público federal, estadual ou municipal para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade não proíbe à União, aos Estados e aos Municípios mandarem contar, mediante lei, para efeito diverso, tempo de serviço prestado a outra pessoa de direito público interno.

STF Súm. 678. São inconstitucionais os incisos I e III do art. 7º da Lei 8.162/91, que afastam, para efeito de anuênio e de licença-prêmio, a contagem do tempo de serviço regido pela CLT dos servidores que passaram a submeter-se ao regime jurídico único.

STF Súm. 679. A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.

STF Súm. 682. Não ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.

STJ Súm. 97. Compete à justiça do trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do Regime Jurídico Único.

STJ Súm. 137. Compete à justiça comum estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.

STJ Súm. 170. Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio.

STJ Súm. 218. Compete à justiça dos estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão.

STJ Súm. 378. Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais decorrentes.

* REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Repercussão Geral 257. Computam-se, para efeito de observância do teto remuneratório do art. 37, XI, da CF, também os valores percebidos anteriormente à vigência da EC 41/03 a título de vantagens pessoais pelo servidor público, dispensada a restituição dos valores recebidos em excesso e de boa-fé até o dia 18 de novembro de 2015. (RE 606358, 18.11.2015)

STF Repercussão Geral 377. Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, XI, da CF pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público. (RE 612975, 27.4.2017)

STF Repercussão Geral 484. O art. 39, § 4º, da CF não é incompatível com o pagamento de terço de férias e décimo terceiro salário. (RE 650898, 1.2.2017)

STF Repercussão Geral 531. A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público. (RE 693456, 27.10.2016)

STF Repercussão Geral 853. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas visando a obter prestações de natureza trabalhista, ajuizadas contra órgãos da Administração Pública por servidores que ingressaram em seus quadros, sem concurso público, antes do advento da CF/88, sob regime da CLT. (ARE 906491, 2.10.2015)

STF Repercussão Geral 921. É vedada a cumulação triplíce de vencimentos e/ou proventos, ainda que a investidura nos cargos públicos tenha ocorrido anteriormente à EC 20/98. (ARE 848993, 7.10.2016)

STF Repercussão Geral 928. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações relativas às verbas trabalhistas referentes ao período em que o servidor mantinha vínculo celetista com a Administração, antes da transposição para o regime estatutário. (ARE 1001075, 9.12.2016)

* INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA

Súmula Vinculante 37: reajuste de 13,23% e Lei 13.317/2016

STF Providos a agravos regimentais em reclamações, nas quais se arguiu afronta ao teor da Súmula Vinculante 37, ao argumento de que o art. 6º da lei 13.317/16 não estendeu o direito à majoração de remuneração aos servidores públicos federais. A fundamentação da decisão com base no princípio da igualdade decorreu tão somente da intenção de afastar a incidência do verbete 37. Ao aplicar a isonomia com base no art. 37, X, da CF, e elevar o percentual de 13,23%, consoante o disposto no art. 6º da referida lei, o Poder Judiciário nada mais fez do que vedar a aplicação da Súmula Vinculante 37. Rcl 25927 AgR, Rel. Ac. Min. Alexandre de Moraes, j. 31.10.2017. 1ª T. (Info 884)

Súmula Vinculante 37: reajuste de 13,23% e Lei 13.317/2016

STF Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. Rcl 24965 AgR, Rel. Ac. Min. Alexandre de Moraes, j. 28.11.2017. 1ª T. (Info 886)

Adicional de Insalubridade. Reconhecimento pela Administração. Retroação dos efeitos do laudo pericial. Impossibilidade.

STJ O termo inicial do adicional de insalubridade a que faz jus o servidor público é a data do laudo pericial. PUIL 413, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJ 18.4.2018. 1ª S. (Info 624)

Militar. Descontos em folha de pagamento. Limite de 70% das remunerações ou dos proventos. Medida Provisória n. 2.215-10/01. Norma específica.

STJ Os descontos em folha, juntamente com os descontos obrigatórios, podem alcançar o percentual de 70% das remunerações ou dos proventos brutos dos servidores militares. EAREsp 272.665, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ 18.12.2017. 1ª S. (Info 618)

Ministério Público. Mandado de Segurança. Membro aposentado. Subsídio. VPNI. Limitação ao teto constitucional. Ausência de direito líquido e certo. Juízo de retratação.

STJ Em adequação ao entendimento do STF, o direito à percepção de VPNI não impede a sua eventual absorção pelo subsídio e, do mesmo modo, não inviabiliza a aplicação do teto constitucional, que inclui a vantagem de caráter pessoal no cômputo da remuneração do servidor para observância do

teto. RMS 33.744, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJ 19.4.2018. 1ª T. (Info 624)

*** QUESTÕES OBJETIVAS**

49. (Vunesp/PC/CE/Delegado/2015) Segundo os ditames do artigo 39, parágrafo 3º, da Constituição Federal, aplicam-se aos servidores ocupantes de cargo público alguns dos direitos igualmente assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, previstos no artigo 7º e incisos, dentre os quais:

- fundo de garantia do tempo de serviço.
- seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- proteção em face da automação, na forma da lei.
- piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

50. (Vunesp/PC/CE/Delegado/2015) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de:

- dois cargos científicos com outro de professor.
- um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- dois cargos técnicos com outro de professor.
- dois cargos de professor com outro técnico, em autarquias ou fundações.
- um cargo técnico com outro científico.

51. (UEG/PC/GO/Delegado/2013) A Constituição Federal prevê, dentre as retribuições pecuniárias ao servidor público, além da remuneração e dos vencimentos, a figura do subsídio como modalidade

- obrigatória a todos os servidores públicos de carreira, paga em parcelas múltiplas, pelo exercício de cargo ou função.
- obrigatória a certos agentes públicos, em parcela única, sendo vedado o acréscimo de gratificação, adicional ou outra espécie remuneratória.
- facultativa a todos os agentes públicos, paga em parcela única, sendo cumulativa com gratificação, adicional ou outra espécie remuneratória.
- facultativa aos servidores públicos de carreira, paga em parcelas múltiplas, fixada ou alterada por lei específica.

52. (Cespe/PC/ES/Delegado/2011) A CF assegura ao servidor público a revisão geral anual de sua remuneração ou subsídio mediante lei específica de iniciativa do chefe do Poder Executivo e estabelece o direito à indenização na hipótese de não cumprimento da referida determinação constitucional.

53. (Acafe/PC/SC/Delegado/2008) Em relação ao servidor público, assinale a alternativa correta:

- os ocupantes de cargos, funções e empregos públicos de todos os níveis de Administração e de todos os Poderes, aí abrangidos todos os agentes políticos, estão sujeitos a limite máximo de remuneração, de subsídio de proventos de aposentadoria, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não. O teto alcança as percepções cumulativas, ou seja, os casos em que o agente acumula cargos, funções ou empregos públicos. Em nível federal, o teto para todos os agentes públicos corresponde ao subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- constituição Federal, art. 37, incs. XVI e XVII, estabelece a regra de proibição de exercício simultâneo de cargos, funções e empregos públicos. Esse preceito abrange agentes da Administração direta e das autarquias e fundações, não se aplicando aos agentes públicos das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
- o regime estatutário é aquele em que os direitos e deveres do servidor estão contidos basicamente num Estatuto, que não pode ser alterado no decorrer da vida funcional do servidor, salvo se com sua anuência.
- nos Estados, o agente tem como limite de remuneração o subsídio mensal do Governador. Para os agentes do Poder Legislativo estadual, o limite situa-se no subsídio dos Desembargadores Estaduais.

2. ATOS ADMINISTRATIVOS

2.1. Atributos/Elementos

* QUESTÕES DISCURSIVAS

05. (UEG/PC/GO/Delegado/2013) De acordo com a doutrina, o ato administrativo possui atributos próprios, que são qualidades que, via de

regra, inexistem no ato jurídico particular. Registre-os, com os respectivos significados.

06. (NCE/PC/DF/Delegado/2007) Acerca das prerrogativas doutrinariamente reconhecidas como próprias dos atos administrativos: (i) Enumere e explique cada uma delas. (ii) Aponte no que se diferenciam das características próprias dos atos praticados por particulares. (iii) Esclareça se todo e qualquer ato administrativo reveste-se das prerrogativas antes enumeradas, indicando, se for o caso, exemplo de ato que não possua uma daquelas características.

* QUESTÕES OBJETIVAS

54. (Vunesp/PC/BA/Delegado/2018) A imperatividade é o atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para seu cumprimento ou execução. Dispensam esse atributo os atos administrativos

- enunciativos.
- normativos.
- punitivos.
- ordinatórios.
- vinculados.

55. (Fundatec/PC/RS/Delegado/2018) Acerca dos temas "atos administrativos" e "poderes administrativos", assinale a alternativa incorreta:

- Porque submetidos ao regime jurídico de direito público, os atos administrativos não podem ser praticados por pessoas que não integram a Administração Pública em sentido formal ou subjetivo.
- Embora se distingam quanto ao grau de liberdade conferido pela lei ao administrador para a prática de determinado ato administrativo, tanto o poder vinculado como o poder discricionário estão sujeitos ao controle jurisdicional.
- A exigência de prévia autorização judicial para a quebra da inviolabilidade da comunicação telefônica constitui exemplo de exceção ao atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.
- Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.

e) A prerrogativa de aplicar sanções pelo descumprimento de determinadas normas administrativas, presente no poder de polícia administrativa, inexistente no poder de polícia judiciária, uma vez que o campo de atuação desta última diz respeito à apuração de infrações penais e à execução de medidas que garantam a efetividade da atividade jurisdicional.

56. (Funcab/PC/PA/Delegado/2016) Acerca da disciplina dos atos administrativos, especificamente os seus atributos, assinale a opção correta:

- a) a exigibilidade dos atos administrativos ocorre quando, por meios da coação direta, a administração pública executa diretamente o ato desrespeitado, fundamentadamente em nome da supremacia do interesse público e da indisponibilidade deste interesse.
- b) os atos administrativos devem ser editados conforme disposições legais, a chamada presunção de veracidade. Esta presunção é absoluta, *juris tantum*. O ato goza de fé pública, devendo o particular lesado fazer provas de negativa dos fatos.
- c) os atos administrativos possuem a presunção de serem verdadeiros, a chamada presunção de veracidade, sendo essa presunção absoluta, *juris et jure*. O ato goza de fé pública, devendo o particular lesado fazer provas de negativa dos fatos.
- d) todos os atos administrativos são imperativos, ou seja, obrigam de forma unilateral o particular, encontrando limite na legalidade em sentido estrito. A exceção ao atributo da imperatividade são os atos ilícitos, que não devem ser cumpridos pelo administrado, prescindindo de manifestação judicial.
- e) o poder público poderá executar atos administrativos diretamente ante a inexecução de obrigação pelo particular, atributo que recebe o nome de autoexecutoriedade, que prescinde da participação do poder judiciário.

57. (Funcab/PC/PA/Delegado/2016) Quanto aos requisitos do ato administrativo, responda a alternativa correta:

- a) a forma é elemento vinculado do ato administrativo, decorrente do princípio da solenidade, podendo ser exteriorizado de forma escrita, que é a regra, por sinal luminoso e mesmo por sons e gestos.

b) a lei deverá determinar a forma de exteriorização do ato, podendo prever mais de uma forma, sendo que a ausência de forma do ato administrativo importa na sua ineficácia, embora seja perfeito ou existente e válido.

c) a forma é elemento essencial ao ato, uma vez sendo desrespeitada a forma prescrita em lei o ato é inexistente.

d) a forma do ato administrativo decorre do princípio da liberdade das formas, trazido do direito civil.

e) a forma é elemento não essencial ao ato administrativo, sendo o seu vício sempre insanável.

58. (UESPI/PC/PI/Delegado/2014) Na hipótese de uma autarquia realizar um contrato verbal com uma empresa prestadora de serviços de vigilância, pode-se dizer que foi ferido o seguinte requisito do ato administrativo:

- a) competência.
- b) finalidade.
- c) forma.
- d) motivo.
- e) objeto.

59. (Vunesp/PC/SP/Delegado/2014) O ato administrativo:

- a) pode ser revogado com fundamento em razões de conveniência e oportunidade, desde que observados os efeitos “*ex tunc*” dessa extinção do ato.
- b) tem na presunção de legitimidade a autorização para imediata execução e permanece em vigor até prova em contrário.
- c) é revogável pelo Poder Judiciário que é apto a fazer o controle de legalidade, sem ingressar em seu mérito administrativo.
- d) de Secretário de Segurança Pública que determina remoção “*ex officio*” do Delegado de Polícia, sem motivação, não se sujeita ao controle de juridicidade por conter alta carga de discricionariedade em seu teor.
- e) tem como requisitos a presunção de legitimidade, a autoexecutoriedade, a imperatividade e a exigibilidade.

60. (UEL/PC/PR/Delegado/2013) A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos é tida como um de seus:

- a) atributos.
- b) efeitos.